

NOTA JUSTIFICATIVA

(ACÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES OU DA RECUSA DA SUA PRESTAÇÃO OU DA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS)

Tendo auscultado as classes trabalhadoras, que são muitas vezes exploradas neste sistema de mercado capitalista sem regras e desinformados e depois de ter consultado especialistas juristas na área do direito processual do trabalho, nomeadamente advogados e magistrados muito experientes, cheguei à conclusão que é tempo de introduzir uma melhoria no que diz respeito à tutela da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas nos processos contenciosos de trabalho.

Sugiro assim inovadoramente a criação de um novo processo especial, com natureza urgente, que permite que os trabalhadores, e as suas associações representativas, possam melhor defender a confidencialidade das informações prestadas na relação de trabalho e contra abusos que por vezes alguns empregadores menos escrupulosos não hesitam em cometer.

Assim, sugiro a adopção de um processo especial relativo à impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas, o qual é criado para garantia do normal funcionamento do dever de reserva e confidencialidade dos membros das estruturas de representação colectiva dos trabalhadores relativamente a informações que lhes tenham sido comunicadas pelo empregador e, bem assim, da possibilidade de recusa de prestação de informações pelo empregador.

Este processo especial não é novidade no direito comparado, existindo em muitas jurisdições de referência.

É política desta Assembleia Legislativa fazer leis boas e leis justas. E com este projecto assim se continua esta política legislativa.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 24 de Abril de 2015.**



José Pereira Coutinho